

SENTIDO E GRAMÁTICAS NO SÉCULO XVIII

Leonor Lopes Fávero*

RESUMO: Este trabalho examina algumas características do movimento ilustrado em Portugal, especialmente o papel desempenhado por Verney que representa um corte com as tendências cartesianas dos estrangeirados da primeira metade do século XVIII e com a mentalidade barroca: é o declínio da metafísica e a ascensão da lógica. Estuda ainda os critérios utilizados pelos gramáticos no estudo da palavra e no arranjo das mesmas, no qual argumentos lógicos se combinam com critérios formais. O estudo mostra também como os autores estiveram inseridos em seu contexto histórico e se submeteram muitas vezes aos desejos do poder.

Palavras-chave: gramáticas do século XVIII — história das idéias lingüísticas.

1. O Movimento Ilustrado em Portugal

Para uma melhor compreensão do movimento ilustrado em Portugal, torna-se necessário considerar:

- a) a diferença entre a Península Ibérica e o resto da Europa, o que vai explicar uma reinterpretação da Ilustração “em função das condições concretas existentes, de onde resultou uma construção ao mesmo tempo nova e original, cujas limitações e peculiaridades devem ser entendidas como resultantes de tais determinações de natureza histórica”(Falcon, 1982, p. 197);
- b) a diferença material e cultural entre a sociedade portuguesa e o resto da Europa, após a Restauração, “salvo alguns progressos realizados em setores muito limitados e sem quebra de baluartes institucionais e mentais da tradição” (id., *ibid.*).
- c) essas diferenças obrigam a Ilustração a um esforço muito grande para preencher as falhas; daí se entende o choque que provocou o governo de

(*) Professora da Universidade de São Paulo.

Pombal e a ruptura que significou a publicação, em 1746, do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney.

O reinado de D. João V, fase que precedeu à mudança ideológica e política é uma época singular, cuja economia está assentada no fluxo cada vez maior do ouro do Brasil. Assim, tem-se de um lado o esplendor da corte — as recepções luxuosas que o rei oferece na capital e no exterior, o fanatismo religioso (cinquenta dias santificados no ano), a arquitetura sobrecarregada de que é exemplo o convento de Mafra), enfim, o luxo, a ostentação.

Do outro lado, os *estrangeirados*, constituídos por *judeus* e *cristãos-novos* e por aqueles *portugueses* que, viajando muito, puderam conhecer outras realidades e assim mudaram seu modo de pensar. Há situações diferentes de estrangeirados: os que não perderam contato com a realidade de Portugal, como Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha e os extremados como Ribeiro Sánchez e Verney. Em oposição a ambos estavam os castiços:

“Aos estrangeirados, a essa minoria que no estrangeiro se enrijara ao contato com ventos de todos os quadrantes, opunham-se os ‘castiços’, aqueles que, julgando defender valores, defendiam principalmente uma ordem de interesses estabelecidos.”

(Godinho, 1971, p. 113)

Toda essa efervescência indica o início de uma mudança, porém, a grande ruptura, como já disse, se dá com a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney.

“Quando Verney surgiu na ribalta da cultura lusitana, havia muito já que os portugueses viajavam pelas Cortes da Europa e liam as obras dos seus filhos mais ilustres. O contato com o pensamento europeu estava feito.”

(Silva Dias, 1953, p. 184)

O ensino dos jesuítas que produzira frutos nos séculos XVI e XVII encontra-se agora estagnado, pois não acompanha as novas idéias científicas e filosóficas vindas da França. O ensino ainda valoriza a disputa escolástica e é todo ele feito em latim, não só os maiores, como Teologia, Medicina, Matemática, Leis e Cânones, como os menores em que a gramática latina é redigida e estudada em latim; o vernáculo limita-se às escolas de ler e escrever e às casas de família abastada, ministrado por professores particulares.

No reinado de D. João V estabelece-se no País, e vai desempenhar importante papel cultural, a Congregação do Oratório, cujos membros, provenientes em sua maioria da classe burguesa, têm como objetivo principal “educar no culto da verdade os que têm de constituir a sociedade e dirigir os negócios públicos.” (*Cidade*, 1968, p. 152-3).

Filiam-se ao cartesianismo, mas sem os excessos racionalistas, introduzindo a geografia, a história, as ciências naturais e a língua materna.

A partir de 1708 se acentua a rivalidade entre jesuítas e oratorianos (por concessão régia se reconhecem os mesmos direitos aos alunos egressos das duas congregações; essa rivalidade se agrava, por volta de 1729, com a polêmica sobre a *Arte da Gramática Latina*, do Pe. Manuel Álvares (reformulada pelo Pe. Antônio Veles), gramática redigida em latim e adotada em todas as escolas jesuíticas desde 1572, e atinge seu clímax na época de Pombal.

A obra de Verney representa não só um corte com as tendências cartesianas vigentes entre os estrangeirados, mas também um corte com a mentalidade barroca: é o declínio da metafísica e a ascensão da lógica e da física — Locke e Newton; é a ruptura que conserva a fé católica mas sem o aristotelismo e a escolástica (Falcon, op. cit. p. 332).

A obra, escrita sob o pseudônimo de Pe. Barbadinho, suposto religioso italiano que responde a um religioso da Universidade de Coimbra, consta de dezesseis cartas em dois tomos: no primeiro, trata da reformulação do ensino de humanidades; no segundo, revê os estudos maiores de física, medicina, ética, teologia, metafísica, jurisprudência e moral.

A Carta Primeira inicia-se com a conceituação de gramática:

“... é a porta dos outros estudos, da qual depende a boa eleição dos mais.”

(p. 26)

e:

“... é a arte de falar e escrever corretamente. Todos aprendem sua língua no berço; mas se acaso se contentam com essa notícia, nunca falarão como homens doutos.”

(ibid.)

Assim, sua aprendizagem é fundamental para o aperfeiçoamento da língua:

“Os primeiros mestres das linguas vivas commumente são mulheres ou gentes de pouca literatura, de que vem que se aprende a própria língua com muito erro e palavra imprópria, e, pela maior

parte, palavras plebéias. É necessário emendar com estudo os erros daquela primeira doutrina.”

(ibid.)

Deste modo a gramática é útil e conduz o usuário a bem falar e escrever; o que não se deve fazer é iniciar seu estudo partindo da gramática latina:

“E, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a gramática da própria língua. A razão por que nos parece tão dificultoso o estudo da Gramática Latina (além de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos persuadimos que toda aquela máquina de regras é particular da língua latina, e não há quem nos advirta quais são as formas particulares dessa língua, a que chamam *Idiotismos*, quais as comuns com as outras. Se a um rapaz que começa explicassem e mostrassem, na sua própria língua, que há Verbo, Caso, Advérbio, etc.; e que há formas particulares de falar; se, em tantas regras, mas com mui simples explicações, fizessem com que os principiantes refletissem que, sem advertirem, e isto sem género algum de preceitos, mas pelo ouvirem e exercitarem; seguro a V. P. que abriam os olhos por uma vez, e entenderiam as coisas bem, e se facilitaria a percepção das linguas todas.”

(p. 33 - 34)

A intenção de atingir o método alvarista, único adotado nas escolas jesuíticas há quase dois séculos, e a obra de Jerônimo Contador de Argote, leva-o à proposta de uma gramática “curta e clara”:

“Isto suposto, julgo que este deve ser o primeiro estudo da Mocidade, e que a primeira coisa que se lhe deve apresentar é uma Gramática da sua língua, curta e clara; porque, neste particular, a voz do Mestre faz mais que os preceitos. E não se devem intimidar os rapazes com mau modo ou pancadas, como todos os dias sucede; mas, com grande paciência, explicar-lhes as regras, e, sobretudo, mostrar-lhe, nos seus mesmos discursos, ou em algum livro vulgar e carta bem escrita e fácil, o exercício e a razão de todos esses preceitos. Se me tocasse fazê-lo, regularia tudo desta maneira: Primeiro, explicaria brevemente as regras, e obrigá-los-ia a repetir as mesmas notícias gerais. Depois, dar-lhe-ia um livro de Cartas, v. g. as do P. Antônio Vieira, escolhendo as mais fáceis, ou alguma história pequena (digo: que tivesse capítulos pequenos e períodos não mui com-

pridos) e mandaria que a lessem; e, no mesmo tempo, apontaria quais eram as partes da oração, o que se observa com grande facilidade. Ajuntaria a isto as regras mais principais de Sintaxe; porque, como tudo isto se há-de recozer na Latinidade, basta nesta ocasião uma notícia geral. Feitos estes princípios, ensinaria duas coisas mui principais em matéria de línguas: a primeira é a propriedade das palavras, mostrando-lhe a força de cada uma daquelas que são menos comuns; a segunda é a naturalidade da frase, ensinando-lhe que a afectação se deve fugir em tudo, e que se deve cuidar em explicar tudo com palavras mui naturais. Além disto, ensinaria aos rapazes pronunciar bem e ler expeditamente.”

(p. 35-36)

Dedica-se, nesta Carta, a questões de ortografia, propondo soluções às vezes inaceitáveis, mas, como diz Falcon (op. cit., p. 332), “o texto vale não tanto pelo detalhe do que pretende ensinar, quanto pela reformulação de valores que preconiza”

À página 54, por exemplo, no afã de criticar Bluteau, afirma:

“(…) em Português, depois do *g* sempre se pronuncia o *u*, de sorte que o *g* por si só não se une com as vogais sem se pronunciar o *u*. E como seria erro pronunciá-lo em Monarchia, chimica, etc., daqui vem que também é erro escrevê-lo. A quem não agrada esta minha opinião de escrever estes nomes por *ch*, sou de parecer que adote o *k* dos gregos; pois é melhor chamar de fora uma letra estrangeira, do que escrever o *q*, que em Portugal geralmente tem diferente pronúncia, o que não sucede no *ch*, que já em muitas dicções está recebido em Portugal com privilégios de *k*”

(p. 54-55).

Esta posição valeu-lhe o seguinte comentário de Salgado Jr., o organizador da edição do *Verdadeiro Método* publicada pela Livraria Sá da Costa:

“(…) não é possível que tenha sido o ouvido quem o tenha levado a concluir que em Português depois do *q*, sempre se pronuncia o *u*.”

(id., ibid)

E à página 68 e seguintes parece não distinguir a função gráfica do *m* quando usado para marcar nasalização de vogal ou ditongo:

“(os portugueses) em vez de o pronunciarem com os beijos fechados, que é a sua própria pronúncia, pronunciam com um soído fanhoso do nariz, que é o estilo presente de pronunciar todo o *m* final em Portugal...”

(p. 69-70)

E é o mesmo Salgado Jr. que assim se expressa:

“(...) não tardará que ele se empenhe em demonstrar um absurdo: que em *am* o *m* entra com o valor de consoante...”

(p. 68).

A “Carta Segunda” trata da gramática latina, com uma nova metodologia para o ensino do latim, em substituição ao proposto na gramática do jesuíta Manuel Álvares-Velles, redigida em latim e apresentando duzentas e quarenta e sete regras de sintaxe, enquanto Scióppio, na sua *Gramática Filosófica* não dava mais do que cento e quinze “de sintaxe regular sem exceção nenhuma.”

Para Verney, os gramáticos que na verdade descobriram as causas e a explicação da construção das partes do discurso, foram os do século XVII:

“Este livro [*Minerva* de Sánchez] encontrou em Salamanca, e trouxe para Roma, nos princípios do século passado, o famoso Gaspar Scióppio, Conde de Claravale, de nação tudesca, aquele grande homem em letras sagradas e profanas, e que empregou toda a sua vida em estudos gramáticos. O livro de Sánchez fez todo o efeito que podia esperar-se. Scióppio (que não costumava dizer bem daquilo que não o merecia, antes pelos seus inimigos é taxado como censor desumano), cedendo à evidência das razões, prosseguiu o mesmo método de Sanches: ilustrou e reformou a sua doutrina, e compôs a primeira Gramática que apareceu segundo os tais princípios. No mesmo tempo, o famoso Gerardo João Vóssio, em Holanda, tão benemérito das letras humanas e sagradas, explicou ainda melhor o dito método seguindo em tudo Sanches e Scióppio, os quais, ou copia, ou ilustra.”

(p. 146-147).

Esse método que procura simplificar as regras de sintaxe procurando explicá-las por princípios universais, Verney vai retomá-las mais tarde na Introdução de

sua gramática e que são assim transcritas por Salgado Jr. na edição do *Verdadeiro Método de Estudar* (p. 148-149)¹:

“1º todas as línguas têm a mesma ordem natural da sintaxe;
2º a diversidade das línguas na sintaxe é accidental, e consistem em ocultar algumas palavras por elipse, ou, em transpô-las por hipérbato, ou em aumentá-las por pleonasma, e, algumas vezes, em suprir com uma só voz várias idéias, ou inventar novas partículas para reger diversos casos;
3º todas as línguas se podem reduzir às mesmas regras da latina”

O latim devia ser ensinado por intermédio da língua portuguesa (segue aí o *Traité des Études* de Rollin) que seria então um instrumento que visava a simplificar os trabalhos escolares, diminuindo o cansaço dos alunos e abreviando o tempo de aprendizagem do latim.

A primeira carta já enfatizava a necessidade do estudo do Latim por meio do Português e nesta segunda, diz:

“É coisa digna de admiração que muitos homens deste reino queiram aprender francês, tudesco, italiano, de uma sorte, e o latim de outra muito diferente. Aprendem aquelas línguas com um mestre que as fala ambas, e explica a língua incógnita por meio daquelas que conhecem e falam.”

(p. 141)

Na opinião de Carvalho (1978, p. 64), “a sugestão de Verney implica o tácito reconhecimento do estado de maioria da língua portuguesa.”

A “Carta Terceira” examina a latinidade, recomendando como disciplinas indispensáveis à boa aprendizagem do latim, a história, a geografia e o estudo da antiguidade greco-romana.

“Não se pode saber latim (não digo com toda a perfeição, porque uma língua morta não se chega a saber bem, mas sabê-la do melhor modo possível), sem alguma notícia da geografia e cronologia e das antiguidades, em que entram os costumes, a fábula etc.”

(p. 194)

(1) As inovações que aparecem no trecho desta Segunda Carta dedicada à Sintaxe, parecem terem sido inspiradas por Sánchez. Salgado Filho, às páginas 159 a 163 da já citada edição examina essa influência.

A “Quarta Carta” examina o grego e o hebraico, com um apêndice sobre o estudo das “línguas modernas”; a “Quinta” e a “Sexta” preocupam-se com a retórica, falando da oratória e da eloquência sacras; critica o gongorismo e o conceptismo, propõe uma poesia que deveria diferenciar-se da prosa somente na forma. Insurge-se contra o retórico empolado, restrito ao público e à cátedra:

“E, na verdade, não há coisa mais útil que a Retórica; mas não há alguma que com mais negligência se trate neste Reino. Se V. P. observar o que os Mestres ensinam nas escolas, achará que é uma embrulhada que nenhum homem, quanto mais rapaz, pode entender. Primeiramente, ensinam a Retórica em Latim. Erro considerável, porque nada tem a Retórica com o Latim, sendo que os seus preceitos compreendem e se exercitam em todas as línguas. Daqui nasce o primeiro dano, que é que os rapazes não a entendem, porque ainda não entendem Latim; e nasce também o primeiro engano, que é persuadirem-se os ditos rapazes que a Retórica só serve para as orações latinas.”

(tomo III, p. 3-4)

Mais adiante mostra como a Retórica deve ser entendida e utilizada nas escolas: procurando aproximar o estilo sublime do simples:

“Mas, por pouco que se examine o que é Retórica, achar-se-á que é *Arte de persuadir*, e, por conseqüência, que é a única coisa que se acha e serve no comércio humano, e a mais necessária para ele. Onde, quem diz que só serve para persuadir na cadeira ou no púlpito, conhece pouco o que é Retórica. Confesso que nos púlpitos e cadeiras faz a retórica gala de todos os seus ornamentos; mas não se limita neles; todo o lugar é teatro para a Retórica. Não agrada um livro, se não é escrito com arte; não persuade um discurso, se não é formado com método; finalmente, uma carta, uma resposta, todo o exercício da língua, necessita da direcção da retórica.”

(Tomo III, p. 5-6)

A “Carta Oitava” constitui uma Introdução ao conjunto das cartas sobre assuntos filosóficos e que formarão o segundo tomo. Nela Verney faz uma comparação entre a escolástica e a filosofia moderna e aponta dois fatos importantes: o desconhecimento da filosofia moderna (p. 11 e ss.) e o preconceito da inferioridade cultural do estrangeiro (p. 16 e ss.).

No segundo tomo, como já disse, revê os estudos maiores da física medicina, metafísica, ética, teologia, moral e jurisprudência. A última carta, décima sexta, é uma seqüência de planos de estudos: elementares, gramática, latinidade, retórica, filosofia, medicina, direito, teologia, terminando com um apêndice “sobre o estudo das mulheres” (p. 123 e ss).

Contrariando a pedagogia vigente em Portugal, torna-se alvo de uma grande polêmica que só vai abrandar com a reforma dos estudos feita por Pombal.

Segundo Silva Dias (1953, 203-4):

“O *Verdadeiro Método de Estudar* não impressiona pela originalidade e agudeza das vistas filosóficas que contém mas impressiona pela fidelidade com que faz eco às idéias e posições polêmicas dominantes na Europa”

e continua:

“Caiu como uma bomba! Foi acima de tudo um despertador. Produziu um choque psicológico nas massas cultas, trazendo para liça pública, em corpo inteiro, idéias e questões anteriormente confinadas ao murmúrio dos cenáculos ou à meia voz dos livros.”

Em Portugal, o século XVIII produziu as seguintes obras gramaticais:

a) *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina* — Jerônimo Contador de Argote — 1721.

b) *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* — Francisco José Freire — 1863 (póstuma).

c) *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa* — Antônio José dos Reis Lobato — 1770.

d) *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* — Jerônimo Soares Barbosa - 1822 (o Prefácio traz a data de 1803, o que mostra ter sido a obra escrita no século XVIII).

e) *Epítome da Grammatica Portuguesa* (1802) — Antônio de Moraes Silva, inserido na 2ª edição do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1813.

Outras obras publicadas no período não estão aqui relacionadas por se tratarem de trabalhos de ortógrafos e de lexicógrafos como o *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau.

Serão examinadas neste trabalho as obras de J. C. de Argote e A. J. dos Reis Lobato.

2. Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina - Jerônimo Contador de Argote

A obra de Jerônimo Contador de Argote, escrita sob o pseudônimo de Caetano Maldonado da Gama e publicada em 1721, é, segundo seu autor, “uma grammatica portugueza no nome, nas palavras e nas regras, porém no intento para que se compôs é latina” (Prólogo).

O próprio título já mostra a vinculação da gramática portuguesa ao ensino do latim, o que volta a reafirmar-se na Introdução:

“Este pois he o intento desta arte: ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina”

(p. 4).

Não nos esqueçamos de que nas escolas só se estudava gramática das línguas clássicas; daí a preocupação com a aprendizagem da gramática latina. Embora diga textualmente que as regras visam a facilitar o entendimento da língua latina pelas da portuguesa, o objetivo maior é elaborar regras para facilitar o entendimento da língua latina — o que lhe vai valer críticas contundentes de Verney:

“O juizo que formo desta gramática é este: o autor, introduzindo um diálogo enfadonho, disse, em muitas folhas, o que podia dizer em poucas regras. Os diálogos não servem nada que de fazer mil repetições sem necessidade. Servem de cansar a memória dos rapazes, sem fruto, ensinando-os a falar como papagaio, visto que não entendem o que dizem; quando, pelo contrário, poucos preceitos, bem explicados com a viva voz do Mestre ensinam mais com menos trabalho”

(p. 44).

E, mais adiante, afirma que Argote cai no mesmo vício do Pe. Manoel Álvares, “multiplicando as regras sem necessidade e endossando regras falsas” (id. *ibid.*). Ainda no Prólogo da 1ª edição, Argote adverte:

“a) o aluno só deve aprender gramática (“esta Grammatica”) depois que souber ler “sofrivelmente”;

b) conhecidas as classes de palavras, ensinar a sintaxe simples e depois, a figurada;

c) sua gramática é para ser aplicada somente aos meninos que estudam com professores particulares (porque nas escolas públicas usa-se o método alvarista);

d) sua gramática se apóia “na lição do Padre Veles, Sánchez, Brocence (sic), João Geraldo Vossio, Port-Royal e na lição da *Grammatica discursada* e na *Arte de fallar do Padre Lamy*”

(p. 7).

A *Gramática de Port-Royal* é citada pela primeira vez em Portugal, mas, apesar de dizer segui-la, na questão do método prende-se mais à de Lamy.

Escrita em forma de diálogo vivo entre professor e aluno, como já o fizera Ramus (*Grammaire*, 1562, edição revista em 1572), compõe-se de três partes: na primeira, estuda as classes de palavras (onze capítulos), na segunda, a sintaxe simples (sete capítulos) e na terceira, a figurada (cinco capítulos).

Afirma serem oito as classes de palavras (como, por exemplo, Port-Royal): nome (substantivo e adjetivo), pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Essas classes remontam a Dionísio e Apolônio Díscolo (nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção) e chegam a Prisciano que exclui o artigo (o latim não o possuía) e inclui a interjeição.

O nome é “a palavra que significa alguma coisa, tem números e se declina por casos” (p. 9) As gramáticas do século XVI (Meigret, Ramus, Sánchez) e da primeira metade do século XVII (por exemplo, as de Maupas e de Chiflet na França) organizam-se em torno da morfologia, sendo o gênero, o número e o caso critério de definição. A Gramática de Port-Royal ocupa um lugar à parte, já que sistematiza o esquema das partes do discurso, relacionando-o a operações mentais: o nome (substantivo e adjetivo) é o designador da coisa (substância) ou da qualidade (acidente). O que os distingue é a natureza da operação pela qual o espírito percebe a coisa e o modo.

Para Argote, nome substantivo é “aquelle que per si só sem ajuda de outrem póde estar na oração” (p. 25) e nome adjetivo “aquelle que não pode estar na Oração per si so sem ajuda de outro ou clara ou occultamente.”

Sobre a sintaxe, assim se expressa:

“Sintaxe he a boa ordem, e disposição das palavras.”

Seu conceito de sintaxe se insere no da gramática da época:

“A l’instar de Port-Royal qui identifiait encore la syntaxe avec ‘la construction des mots ensemble, les grammairiens du XVIIIe. siècle la definissent à partir du mot considerée comme élément susceptible d’entrer dans des combinaisons, d’être construit”

(Chervel, 1977: 11).

Ou, como diz Buffier (*Grammaire Française sur un plan nouveau*, 1709, p.87):

“(...) la manière de joindre chaque mot d’une langue l’un avec l’autre, par rapport aux diverses terminaisons que prescrit la grammaire.”

É esta também a conceituação que se encontra, por exemplo, em Beauzée (*Grammaire Générale*, 1767, II, p. 2):

“Syntase (sic), l’ordre ou la construction régulière des mots, pour en faire des phrases”

- que é a mesma visão que aparece na quarta edição do *Dictionnaire de l’Académie* (1762, apud Chervel, op. cit.):

“Arrangement, construction des mots et des phrases, selon les règles de la grammaire.”

Há dois tipos de sintaxe: simples e figurada. A simples pode ser de concordar e de reger; à de concordar pertencem a concordância do adjetivo com o substantivo (em gênero, número e caso) e a do verbo com o nome ou pronome (em número e pessoa).

Formula, então, seis regras de concordância: a primeira, por exemplo, diz que todo adjetivo concorda com o substantivo, mas falha quando se trata de particípio nos tempos compostos do verbo ter:

Nós temos comprado a louça.

Essa regra, segundo ele, não há em latim e procede da “língua Tudesca” (p. 166).

Na sintaxe de regência separa as regras dos nomes (“em que caso se hão de pôr na oração os nomes”, p.170) e as dos verbos (“em que modos, tempos etc. se hão de pôr na oração os verbos”, p. 171).

As regras são muitas, tornando enfadonha a leitura e permitindo as críticas de Verney (op. cit., p. 44); seguem as da *Grammaire de Port-Royal* e poderiam, como esta última, serem assim resumidas:

I) o nominativo supõe sempre um verbo (nem sempre expresso);

- 2) o verbo concorda sempre com um nominativo (nem sempre expresso);
- 3) o adjetivo supõe sempre um substantivo (nem sempre expresso);
- 4) o genitivo determina o substantivo;
- 5) verbos diferentes podem exprimir a mesma relação por casos ou preposições diferentes.

Afirma sempre que “esta regra ha tambem no Latim” e que “com o uso se aprende” ou “sabe-se com o uso” O que parece ser consequência de uma visão pragmática da linguagem.

Na sintaxe de regência, indica algumas que foram objeto de críticas de Verney e Reis Lobato.

Na frase - *eis aqui o ladrão* - considera *ladrão* nominativo do advérbio. Reis Lobato (1770, Introdução, p. XXXIX) diz que é sempre o verbo que pede nominativo e que, na frase em questão, o verbo está oculto por elipse (sempre a teoria das elipses de Sánchez que Argote não acata): *eis aqui está o ladrão*.

A obra fala ainda em sintaxe “não natural”, que engloba todos os desvios em relação à simples, “porém admitidos pelo uso” (p. 211) e que a tradição designa por figuras: elipse, pleonasma, silepse, hipérbato e idiotismo.

A Gramática de Argote ocupa, sem dúvida, um papel importante na história da gramática portuguesa, como comprovam, por exemplo, as referências que a ela fizeram Verney e Reis Lobato.

Seu maior mérito foi o de romper com o método de ensino até então utilizado — o alvarista.

3. *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* — Antonio José dos Reis Lobato

A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de Antônio José dos Reis Lobato foi publicada em 1770 e dedicada ao Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras:

“Ilmo. e Excmo. Senhor
Offereço a V. Excellencia

Arte da Grammatica da lingua Portugueza, procurando-lhe por meio deste obsequioso arbitrio a fortuna de chegar à douta mão, que lhe póde emendar os erros; pois todos conhecem que V. Excellencia tem a mais perfeita Sciencia dos principios da lingua Portugueza pela fallar com toda a pureza, e propriedade de termos, como testificação os doutissimos escritos, com que V. Excellencia tem illustrado a Republica das Letras.

Persuado-me de que será do agrado de V. Excellencia esta minha offerta pela razão de ser a presente Grammatica do idioma de huma Nação, que V. Excelencia com incansavel desvélo pertende fazer a mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas. E tambem julgo que debaixo da sábia, e respeitável proteção de V. Excellencia será a mesma Grammatica bem aceita do Público; pois para alcançar a sua estimação, bastará somente ver, que V. Excellencia a approva, concedendo-me a licença de poder gravar na frente desta pequena Obra o grande nome de V. Excellencia respeitado em todas as quatro partes do Mundo. Deos guarde a V. Excellencia para a exaltação das Letras, e felicidade da Pátria.

Illmo. e Excmo. Senhor
Beija a mão de V. Excellencia
Seu mais reverente criado
Antonio José dos Reis Lobato

E o Conde de Oeiras, através do Alvará Régio de 1770 determina que “nas Aulas de Letras os mestres sejam obrigados previamente a instruir os discipulos na Grammatica Portuguesa de Antonio José dos Reis Lobato”(1)

Na Introdução volta a elogiar o Rei D. José I e o Conde:

“(...) por quanto esta felicidade lhe promette o sabio governo do seu Augusto Monarca o senhor D. José I, a quem Eterna Sabedoria destinou para glorioso Restaurador das Letras arruinadas quasi por dous Seculos nos seus vastos Dominios (...) Sendo tambem a todos manifesto o quanto para a reforma dos Estados devemos ao incansavel zelo do seu grande Ministro o Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras...”

(p. XIX e XX)

Não é sem razão que sua Gramática foi a primeira a ser adotada oficialmente nas escolas!

A obra consta de uma Introdução e duas partes: Etimologia e Sintaxe.

Na Introdução diz que sua *Grammatica* se faz “indispensavelmente precisa” por duas razões:

- 1) para se falar sem erros;
- 2) para se saberem os fundamentos da língua que se fala usualmente;

- e as pessoas que julgam desnecessário o estudo da Gramática por entendem que “para se falar perfeitamente a lingua Portugueza, basta sómente o uso”, sem necessidade de recorrer a regras (...) julgariam o contrário, se conhecessem os erros, que commettem todos aquelles, que ignorão os principios fundamentaes da mesma lingua” (p. 7) e, além disso,

“os Mestres das escolas de ler de ordinario não tem a instrução necessária para ensinarem a fallar, e escrever a lingua Portugueza por principios. Do que provém sahirem das escolas os seus discipulos cheios de irremediaveis vícios...”

(p. XIV)

Mais ainda, conhecendo os fundamentos do Português pode-se aprender facilmente outras línguas: julga ele, como Roboredo, citado várias vezes na Introdução, que há um método para todas as línguas e crê num fundo de universais lógicos.

“Ninguém pode duvidar do grande proveito, que alcança cada hum em sabe a Grammatica de sua mesma lingua; porque não sómente consegue fallala com certeza, mas também fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra. A razão disto he clarissima; por quanto na Grammatica Materna, de que já o uso nos tem ensinado a prática das suas regras, sem difficuldade se aprendem muitos principios, que são communs a todas as linguas.”

(p. X)

Levanta vários argumentos para mostrar a importância de sua obra:

1) em todas as nações cultas, “homens doutíssimos” se têm ocupado em escrever gramáticas de suas línguas; por exemplo, Buffier na França, Nebrija na Espanha, Dogacci na Itália e outros. Em Portugal, Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo, Pe. Bento Pereira e Contador de Argote;

2) em Roma havia escolas públicas onde se ensinava à mocidade a Gramática da língua latina que falavam vulgarmente:

“E de a aprenderem na puerícia recebem infalivelmente duas conhecidas utilidades, huma de fallarem a sua lingua com perfeição, e outra de perceberem com muita facilidade por meio das regras da Grammatica Latina, os principios da lingua Grega.”

(p. IX)

3) As gramáticas portuguesas anteriores à sua apresentavam falhas e ele as critica impietosamente:

a de Fernão de Oliveira, “impressa em Lisboa no anno 1552” (sic), não pode ter o nome de Grammatica, porque “contém somente hua breve noticia das letras, e seus sons, e huma confusa idéa da declinação dos nomes”;

a de João de Barros “não dá uma perfeita idéa do que he Grammatica”, por ser muito breve e não tratar das partes do discurso com clareza e conter erros graves como “dar vocativo ao pronome EU” (p. XXIV);

- a de Amaro de Roboredo não fala de declinação dos nomes e conjugação dos Verbos regulares e irregulares e também apresenta muitas falhas na Sintaxe por ter querido moldá-la pela latina;

- a de Argote, cujas imperfeições não são tantas por ter seguido Lamy e as doutrinas de Port-Royal, porém não traz regras para o gênero dos nomes, nem um tratado de Prosódia, além de não se ter dado conta de casos de elipse;

- e o grande alvo das críticas de Reis Lobato: a Arte do Pe. Bento Pereira.

Doze páginas da Introdução são dedicadas à análise, ou melhor, à crítica destruidora da obra do jesuíta Bento Pereira e aí Reis Lobato se revela o gramático “instrumento” de Pombal, na sua luta contra os jesuítas.

Justifica seu *Methodo*, “por serem fundadas suas regras nas verdadeiras causas da lingua Portuguesa e nas doutrinas dos Grammaticos mais célebres, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza, e propriedade das palavras” (p. XXIII) e que “o grande cuidado e trabalho, com que pretendi formar hum sistema, que fosse util para a instrução da mocidade Portuguesa (...) seguindo as doutrinas de Sánchez, Perizonio, Vossio, Scopio, e Lancellotto por excederem estes célebres grammaticos aos antigos em examinarem filosoficamente as materias, pois sem o socorro da Filosofia se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração” (p. XLIII).

Sistema é uma das palavras-chave do século XVIII, Condillac até a fez título de uma de suas obras (*Traité des Systèmes* — 1749), conceituando-a logo no início:

“Un système n’est autre chose que la disposition des différentes parties d’un art ou d’une science dans un ordre où elles se soutiennent toutes mutuellement, et où les dernières s’expliquent par les premières. Celles qui rendent raison des autres, s’appellent principes; et le système est d’autant plus parfait, que les principes sont en plus petit nombre: il est même à souhaiter qu’on les réduise à un seul.”

e Beauzée assim se expressou:

“système ou chimère semblent être aujourd’hui termes synonymes dans la bouche de bien des personnes d’ailleurs habiles et qui se distinguent par leurs ouvrages.”

Como dizem Arrivé e Chevalier (op. cit., p. 66):

“Mais centre d’une archéologie de pensée et d’une pédagogie répondant à une configuration sociale: cette abstraction d’un système de la langue n’est accessible qu’aux enfants de la classe aisée, de la ‘bourgeoisie honnête’ et non aux enfants de la populace des malheureux de toute espèce qui n’ont que le temps d’échanger leur sueur contre leur pain.”

A “*Grammatica* — diz Reis Lobato — he a Arte que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza” (p. 1). Divide-se em quatro partes:

Ortografia - de que não trata por dizer que ela é “por si só materia bastante para fazer hum Tratado separado” (p. XLVIII).

Prosódia - estuda no livro VI da primeira parte - Etymologia - sem justificar o porquê dessa inclusão.

Etimologia - estuda as “diversas especies de palavras, que entrão na oração Portugueza, e as suas propriedades” (p. 2).

Sintaxe - estuda a “recta composição das partes da oração entre si” (p. 191).

Assim, sua *Grammatica* contém duas partes gerais: etimologia e sintaxe, como a de Ramus.

A divisão em quatro partes é herança da Idade Média. A Etimologia é bastante desenvolvida: num total de duzentas e cinqüenta e uma páginas, cento e setenta e duas são a ela dedicadas, incluindo as quinze de Prosódia.

Nove são as espécies de palavras, “de que como partes, pode constar a oração Portugueza”: Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Advérbio, Conjunção, Interjeição (p. 7); as cinco primeiras são declináveis, as quatro últimas indeclináveis. João de Barros também propusera “nove espécies” Essa divisão remonta a Dionísio (que não inclui a Interjeição) e a Prisciano (que inclui a Interjeição e exclui o artigo, inexistente em latim).

O adjetivo não constitui uma classe à parte, mas se situa entre os nomes:

“O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo.”

(p. 9)

Os gramáticos gregos e latinos também não o consideram uma classe à parte, mas uma subdivisão do nome; a distinção substantivo-adjetivo é devida à

escolástica. Nebrija coloca o adjetivo entre os nomes, porém o conceitua de modo diferente do substantivo.

Sánchez coloca o adjetivo na categoria dos nomes e sua posição sobre ele se encontra esparsa no livro: o adjetivo se distingue do nome pelo gênero e só ele pode exprimir a comparação:

“Adjectiva nomina non habent genus, sed terminaciones, et personas ad genus.”

(*Minerva*, I, 7)

“adjectivum necesse est sit omne nomen unde duci potest comparatio, ut senior, junior, adolescentior.”

(I, 11)

Reconhece que os nomes em Português são indeclináveis e precisam de partículas para indicar o caso, mas continua a decliná-los e a dizer que em Português os nomes possuem seus casos:

“Os nomes substantivos tem declinação por dous números, singular e plural, e por seis casos em cada numero (...) mas são indeclináveis, ou invariáveis dentro do mesmo numero, por terem todos os casos semelhantes ao nominativo.”

(p. 18)

A distinção de gênero, tal como em Port-Royal está ligada à de sexo:

“Os Grammaticos chamão do genero masculino aos nomes, que significão cousa macha; e do genero feminino aos nomes, que significão cousa femea. Os mesmos generos attribuem, ainda que impropiamente, aos nomes, que significão cousa que nem he macha, nem femea.”

(p. 55)

O pronome “he aquelle que na oração se poem em lugar de outro nome, como quando digo: Pedro estuda Grammatica, e o mesmo ha de estudar Rhetorica.”

Nas primeiras classificações das partes da oração, o pronome não se distingue do artigo. Apolônio Discolo diz que o pronome designa objetos cujas qualidade se expressa indiretamente. Divide-os em dêiticos e anafóricos. Dos latinos, Prisciano

se refere somente ao pessoais “pars orationis quae pro nomine proprio uniuscuiusque accipitur, personasque finitas recipit.” Gramáticos posteriores, como Nebrija, se limitam a copiar a conceituação de Prisciano.

Para Sánchez, o pronome não é uma das partes da oração e dá várias razões para justificar seu ponto de vista, dentre as quais destacam-se:

1) é impossível definir o pronome; se houvesse diferença entre nome e pronome, seria possível especificá-la na definição;

2) os aristotélicos dizem que “in voce nominis pronomina etiam includi”;

3) o pronome não substitui o nome, nem o comum, nem o proprio. “Quomodo possunt poni ‘pronomine’, si illis significamus res non habentes nomina, aut ea quorum nomen ignoramus? Imo res omnes, antequam nomen haberent, vocabantur ‘hoc’ vel ‘illud’;

4) os pronomes não distinguem as pessoas gramaticais, pois estas estão nos verbos;

5) não é possível aceitar a definição de Donato porque não satisfaz e, além do mais, sua definição de nome inclui também o pronome;

Assim se expressa Donato:

“Pronomen est pars orationis quae pro nomine posita, tantum que paene significant personam que interdum recipit.”

A *Grammaire* de Port-Royal e *La Logique* seguem a linha de Donato, afirmando:

“L’usage des Pronoms est de tenir la place des noms et de donner moyen d’en étudier la répétition.”

(*La Logique*, p. 145)

E com estes fica Reis Lobato.

A “*Syntaxe* (“a palavra *Syntaxe* he Grega, e significa o mesmo, que a Portuguesa *composição*) (p. 191) he a recta composição das partes da oração entre si” Como Sánchez divide-a em simples e figurada. A simples pode ser de *concordância* e de *regência*.

Examina a concordância do substantivo com outros substantivos e do adjetivo com o substantivo, do verbo com o nominativo.

Quanto à regência, diz que em Português há somente “duas partes, ou palavras que regem caso, que são o verbo activo e a preposição” (p. 199) e, além dos “quatro casos que são regidos”, genitivo, dativo, acusativo e ablativo, examina também o nominativo e o vocativo porque “sabido o officio, que cada hum faz na

oração, facilmente se percebem as regras da Syntaxe de Regencia” (p. 200). Procura mostrar *sempre* que a sintaxe portuguesa é a mesma da latina. Diz sempre: “A mesma regra ha na Syntaxe Latina” e explica tudo, à maneira de Sánchez (bastante citado), pela elipse que já não tem nessa época, nos outros países, o mesmo valor que tem no texto de Sánchez.

A propósito da ode camoniana:

Oh bem afortunado
Tu, que alcançaste com lira toante
Orfeu, ser escutado
do fero Radamante,
E co’os teus olhos ver a doce amante”

(Lobato, p. XXXII)

Diz Lobato que no vocativo quem está é *Orfeu* e não *tu*, porque a ordem natural da frase é: “Ó Orfeu, bem afortunado tu Orfeu, que alcançaste...” onde *Orfeu*, *oculto por elipse* (grifo meu), concorda com *afortunado*, e o *que*, referido a *Orfeu*, serve de nominativo de *alcançaste*. *Eu* e *tu* são relativos, conclui ele, porque trazem à memória o nome substantivo, e nas expressões *ó tu*, *ó vós*, os pronomes estão em nominativos e, em vocativo, os substantivos ocultos por elipse.”

Na sintaxe figurada distingue figuras de sintaxe e figuras de dicção.

As de sintaxe são as de Sánchez: *elipse*, *pleonasma*, *hipérbato* e *silepse*, que é uma espécie de elipse, como também o são o *zeugma*, a *síntese* e a *enálage*.

As figuras de dicção — “quando na palavra se tira, ou acrescenta letra ou se põem huma letra por outra” (p. 245) são as que a lingüística moderna denomina *metaplasmos*: *sinalefa*, *aférese*, *síncope*, *apócope*, *antítese* e *prótese*.

A Gramática de Reis Lobato pouco ou nada apresenta de novo; mas, como diz Leite de Vasconcelos (1929, p. 867):

“Apesar de muitos defeitos pois, por exemplo, explica quasi toda a sintaxe pela eterna figura da elipse, Lobato avantajase em parte aos autores precedentes, pelo desenvol-vimento que deu à morfologia.”

Pode ser considerado um gramático de transição, entre um período da gramática latina e um de renovação filosófica, cujo principal representante é Jerônimo Soares Barbosa.

4. Conclusão

A análise aqui realizada, embora não exaustiva, dados os limites de uma publicação desta natureza, permitiu recuperar os critérios utilizados pelos gramáticos

no estudo da palavra e no arranjo das palavras, no qual argumentos lógicos e semânticos se combinam com critérios formais.

As gramáticas revelaram como seus autores estiveram inseridos em seu contexto histórico e se submeteram, muitas vezes, aos desejos do poder.

No século XVIII, especificamente, a instrução pública foi o meio de que Pombal lançou mão para reforçar esse poder. O programa educacional traçado no Alvará Régio de 1759, com as instruções complementares, por exemplo, para o ensino do latim e do grego (representavam uma volta ao humanismo), e na Lei de 1772 que regulamentava a reforma da Universidade de Coimbra, constitui a expressão pedagógica do absolutismo e do iluminismo; do absolutismo porque passa para o poder civil (a Coroa) a tarefa que estivera até então nas mãos da Igreja, e do Iluminismo porque “o programa e as diretrizes da reforma pombalina traduziram os ideais de uma cultura que, nas suas manifestações, se apresentou como a expressão autêntica do pensamento moderno, definido em função dos valores e ideais do passado e da tradição vigente” (Carvalho, op. cit., p. 190).

A leitura analítica e metodológica das obras mostrou claramente o quanto há ainda a pensar e a pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGOTE, J. C. (1721). *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina ou Disposiçam para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa*. Lisboa, Officina de Mathias Pereira da Silva.
- ARRIVÉ, M e J.CHEVALIER (1970). *La Grammaire*, Paris, Lincksieck.
- CARVALHO, L. R. de (1978). *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. S. Paulo, Editora da USP.
- CHERVEL, A. (1977). *Histoire de la grammaire scolaire*, Paris, Petite Bibliothèque Payot.
- CIDADE, H. (1968). *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Coimbra, Coimbra Editora.
- FALCON, F. J. C. (1982). *A Época Pombalina*. S. Paulo, Ática.
- GODINHO, V. M. (1975). *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia.
- REIS LOBATO, A. S. dos (1770). *Arte da Gramatica da Lingua Portugueza*. Lisboa, Regia Officina Typographica.
- SÁNCHEZ de las BROZAS, F. (1714). *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia*, Amsterdã.
- SILVA DIAS, J. S. da (1953). *Portugal e a Cultura Européia (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, Ed. da Universidade.
- VASCONCELLOS, J. LEITE DE (1929). *Opúsculos: a filologia portuguesa*. Coimbra, Imp. Universidade, v. 4.
- VERNEY, L. A. (1949). *Verdadeiro Método de Estudar*. Ed. organizada por Antônio Salgado Jr., Lisboa, Sá da Costa. A 1ª ed. é de 1746.

RÉSUMÉ: Dans ce travail on étudie quelques caractéristiques du mouvement de l'illustration au Portugal, notamment le rôle exercé par Verney qui représente une rupture des tendances cartésiennes entre les "estrangeirados" de la première moitié du XVIII^{ème} siècle et de la mentalité baroque — c'est la chute de la métaphysique et l'ascension de la logique.

On examine aussi dans ce travail les critères utilisés par les grammairiens dans l'étude du mot et dans l'arrangement des mots dans lequel les arguments logiques se combinent avec des critères formels. L'étude révèle encore comment ses auteurs ont été insérés dans leur contexte historique et ont été soumis plusieurs fois aux désirs du pouvoir.

Mots-clés: grammaires du XVIII^{ème} siècle — histoire des idées linguistiques.